Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: <u>www.camaramonteazul.sp.gov.br</u> Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº. 02/2021

DISPÕE SOBRE: altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista n° 01/2021, e dá outras providências.

OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, APRESENTAM A SEGUINTE EMENDA Á LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

ARTIGO 1º - Fica Alterada a Emenda à Lei Orgânica nº 01/2021

<u>ARTIGO 2°</u> - Revoga o artigo 66 C e seu parágrafo único, altera o § 2°, inciso I, ambos do artigo 66 – D, altera os artigos 66 F, 66 G e inclui o artigo 66 H, renumerando todos os seguintes artigos da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

- Art. 66. Constituem bens municipais todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao município.
- Art. 66-A. Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto àqueles que estiverem sob sua administração.
- Art. 66-B. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.
- Art. 66-C. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas da legislação federal, complementadas por lei municipal no que couber.
- § 1º A alienação de bens de uso comum do povo ou de uso especial deverá ser precedida também de sua desafetação.
- I A afetação e a desafetação de bens municipais dependerão de lei.
- § 2º No caso de alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, dispensar-se-á a concorrência.
- I a alienação far-se-á por preço nunca inferior ao da avaliação.

eciana Ap. Ke

Art. 66-D. O município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de uso, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.

plales

Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

- I quando imóveis, dependerá de avaliação prévia, autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta nos casos:
- 1 doação, devendo constar do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato;
- 2 permuta.
- Art. 66-E. Quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
- I doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- II permuta;
- III ações, que serão vendidas na Bolsa.
- IV venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- Art. 66-G. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
- <u>ARTIGO 3°</u> Altera o artigo 67 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:
- Artigo 67 O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito por concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se, em qualquer hipótese, a preservação do meio-ambiente e do patrimônio histórico-cultural.
- § 1º A concessão de uso e do direito real de uso dos bens públicos dominial dependerá de lei e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.
- § 2º A concessão de bens de uso comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.
- § 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada por tempo determinado e a título precário, formalizada através de Decreto.
- § 4º A autorização, que poderá incidir sobre serviços de utilidade pública, específicos e transitórios, ou para a utilização de bens públicos para atividades ou festividades, específicas e transitórias, será efetuada por prazo determinado e a título precário, sendo formalizada através de portaria.

Art. 67-B. Poderão ser cedidos para particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do município e o interessado recolha previamente a tarifa estabelecida pelo órgão competente.

M

Lauciana Ap. Kulica



Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254
Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

Parágrafo único. O Executivo fica obrigado, no primeiro ano do mandato, reavaliar as concessões dos bens municipais em vigor e a propor e aprovar medidas cabíveis até o final do referido exercício.

ARTIGO 4º - A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 31 de agosto de 2021

Auciona Ap. Kulica

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista DESPACHO para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
Plenário das Sessões, em <u>98 09 /21</u>
Mardque(LS França Filho - Presidente Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
PUBLIQUE-SE PARA A PRÓXIMA ORDEM DO DIA
Plenário das Sessões, em 15/09/21

Ricardo Sanches Lima - Presidente em exercício
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Cârnara Municipal de Monte Azul Paulista
APROVADO
Plenário das Sessões, em 15 108 121
Ricardo Sanches Lima - Presidente em exercício

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254
Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

JUSTIFICATIVAS

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, Capítulo IV dos Município, artigo 29;

CONSIDERANDO a Constituição do Estado de São Paulo, Título IV, dos Município e Regiões, Capítulo I, dos Municípios e Seção I, Disposições Gerais, artigo 144;

CONSIDERANDO a Lei nº 9842, de 19 de setembro de 1967, que Dispõe sobre a organização dos municípios, Capítulo III, do Prefeito, artigo 25 – VI;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Seção II, das atribuições do Prefeito, artigo 44, XIII;

CONSIDERANDO que a legislação supra confere aos Municípios e Prefeitos a atribuição de permitir o uso de bens públicos municipais por terceiros, através de concessão, permissão ou autorização;

A l

my lings

duciona Ap.

MW

Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº. 02/2021

DISPÕE SOBRE: altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista n° 01/2021, e dá outras providências.

OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, APRESENTAM A SEGUINTE EMENDA Á LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

ARTIGO 1º - Fica Alterada a Emenda à Lei Orgânica nº 01/2021

<u>ARTIGO 2°</u> - Revoga o artigo 66 C e seu parágrafo único, altera o § 2°, inciso I, ambos do artigo 66 - D, altera os artigos 66 F, 66 G e inclui o artigo 66 H, renumerando todos os seguintes artigos da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

- Art. 66. Constituem bens municipais todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao município.
- Art. 66-A. Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto àqueles que estiverem sob sua administração.
- Art. 66-B. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.
- Art. 66-C. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas da legislação federal, complementadas por lei municipal no que couber.
- § 1º A alienação de bens de uso comum do povo ou de uso especial deverá ser precedida também de sua desafetação.
- I A afetação e a desafetação de bens municipais dependerão de lei.
- § 2º No caso de alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, dispensar-se-á a concorrência.
- I a alienação far-se-á por preço nunca inferior ao da avaliação.

Art. 66-D. O município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de uso, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.

leg

Lauciana

A Kulica

Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

- I quando imóveis, dependerá de avaliação prévia, autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta nos casos:
- 1 doação, devendo constar do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato;
- 2 permuta.
- Art. 66-E. Quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
- I doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- II permuta;
- III ações, que serão vendidas na Bolsa.
- IV venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- Art. 66-G. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
- <u>ARTIGO 3°</u> Altera o artigo 67 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:
- Artigo 67 O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito por concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se, em qualquer hipótese, a preservação do meio-ambiente e do patrimônio histórico-cultural.
- § 1º A concessão de uso e do direito real de uso dos bens públicos dominial dependerá de lei e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.
- § 2º A concessão de bens de uso comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.
- § 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada por tempo determinado e a título precário, formalizada através de Decreto.
- § 4º A autorização, que poderá incidir sobre serviços de utilidade pública, específicos e transitórios, ou para a utilização de bens públicos para atividades ou festividades, específicas e transitórias, será efetuada por prazo determinado e a título precário, sendo formalizada através de portaria.

Art. 67-B. Poderão ser cedidos para particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do município, e o interessado recolha previamente a tarifa estabelecida pelo órgão competente.

No

Queiana Ap. Kulica

Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254
Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

Parágrafo único. O Executivo fica obrigado, no primeiro ano do mandato, reavaliar as concessões dos bens municipais em vigor e a propor e aprovar medidas cabíveis até o final do referido exercício.

ARTIGO 4º - A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 31 de agosto de 2021

Auciana pp. Kubica

Estado de São Paulo- Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

JUSTIFICATIVAS

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, Capítulo IV dos Município, artigo 29;

CONSIDERANDO a Constituição do Estado de São Paulo, Título IV, dos Município e Regiões, Capítulo I, dos Municípios e Seção I, Disposições Gerais, artigo 144;

CONSIDERANDO a Lei nº 9842, de 19 de setembro de 1967, que Dispõe sobre a organização dos municípios, Capítulo III, do Prefeito, artigo 25 – VI;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Seção II, das atribuições do Prefeito, artigo 44, XIII;

CONSIDERANDO que a legislação supra confere aos Municípios e Prefeitos a atribuição de permitir o uso de bens públicos municipais por terceiros, através de concessão, permissão ou autorização;

Rauciana Ap. Kubi ca

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: oXX-17- 3361.1254
Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTO

MONTE AZUL PAULISTA, 08 de setembro de 2021.

VEREADORES – Encaminha o Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº 02/2021. VEREADORES – Encaminha o Projeto de Resolução nº 01/2021. MESA DIRETORA – Encaminha o Projeto de Lei nº 1070/2021.

RECEBI UMA CÓPIA DOS DOCUMENTOS CITADOS ACIMA. FÁBIO APARECIDO BALARINI – em _ 0 8 / 0 9 FÁBIO JERÔNIMO MARQUES - em LEANDRO PEREIRA – em uniana Ap. Kubica LUCIANA APARECIDA KUBICA – em 🔝 🔾 🖇 LUCIENE APARECIDA CUDINHOTO FACHINI-em /2021. MARDQUEU SILVIO FRANÇA FILHO - em /2021. RICARDO SANCHES LIMA - em ERNANDO ARRUDA – em WALTER ALESSANDRO SILVA BOORIGUES - em /2021. WILSON RODRIGUES - em 08

/2021.

WILSON RODRIGO GARCIA – em



"Palácio 8 de Março"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - Cx. Postal 59 Telefone / fax: (17) 3361-1254 e (17) 3361-3477 www.camaramonteazul.sp.gov.br

Monte Azul Paulista, 09 de setembro de 2021.

COMUNICADO:

MARDQUEU SILVIO FRANÇA FILHO, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, vem cordialmente, com muito respeito, comunicar que estará ausente e incomunicável durante os dias 09 e 17 de setembro de 2021, devido a decorrência de compromissos particulares.

Aproveitando a oportunidade, remeto a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

MARDQUEU SILVIO FRANÇA FILHO Presidente da Câmara Municipal

Aos cuidados da Secretaria da Câmara Municipal

CAMBRA M.M. MANTE ROLL CHULISTA (8/109/2) 14:09 - 0000016/70

CHINGA NAN. NOVIE POLI. FROLISTA 10/09/21 15:09 - 0000016/7

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA

"Palácia 8 de Marça"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - Cx. Postal 59 Telefone / fax: (17) 3361-1254 e (17) 3361-3477 www.camaramonteazul.sp.gov.br

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

REQUERIMENTO

Tendo em vista que os Projetos de Lei 1037, 1067, 1068 e 1070/2021 e o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 02/2021 possuem relevante e urgente interesse público, cujo adiamento se torne inútil e a deliberação importe em grave prejuízo a coletividade, uma vez que a atual administração pública municipal está viabilizando a implantação de cursos profissionalizantes no município, possui a necessidade de instituir o Fundo Municipal do Idoso, como também firmar convênio com a Secretaria Estadual do Esporte e estabelecer o Programa Municipal de conservação das estradas. E para tanto carece da discussão e votação de todos com urgência.

O artigo 139 do RI estabelece que as Sessões Extraordinárias poderão ser convocadas:

I – pelo presidente da Câmara;

II - mediante requerimento subscrito pela maioria dos vereadores;

Considerando o exposto acima, o presente requerer de Vossa Excelência a convocação de Sessão Extraordinária para deliberação e votação das referidas matérias já citadas, tendo em vista os motivos acima expostos.

Certos de contarmos com vossa compreensão, Nestes termos, P. E. Deferimento.

Monte Azul Paulista, 10 de setembro de 2021. <

Buciana Ap Kulica

alu



"Palácia 8 de Marça"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - Cx. Postal 59 Telefone / fax: (17) 3361-1254 e (17) 3361-3477 www.camaramonteazul.sp.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINAM OS ARTIGOS 138 E 139 E SEUS PARÁGRAFOS DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, FICA VOSSA EXCELÊNCIA CONVOCADO A COMPARECER NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA/SP, ÀS 16 HORAS DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021 (QUARTA-FEIRA) PARA REALIZAÇÃO DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2021 DA 18ª LEGISLATURA, QUATRIÊNIO 2021/2024.

PRIMEIRA E ÚNICA PARTE DOS TRABALHOS - ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI Nº 1037/2021 - DISPÕE SOBRE: ESTABELECE E AUTORIZA O "PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI Nº 1067/2021 - INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA/SP.

PROJETO DE LEI Nº 1068/2021 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

<u>PROJETO DE LEI Nº 1070/2021</u> - DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE PREGÃO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE MONTE AZUL PAULISTA, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 02/2021 - DISPÕE SOBRE ALTERA A EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA N° 01/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MONTE AZUL PAULISTA, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

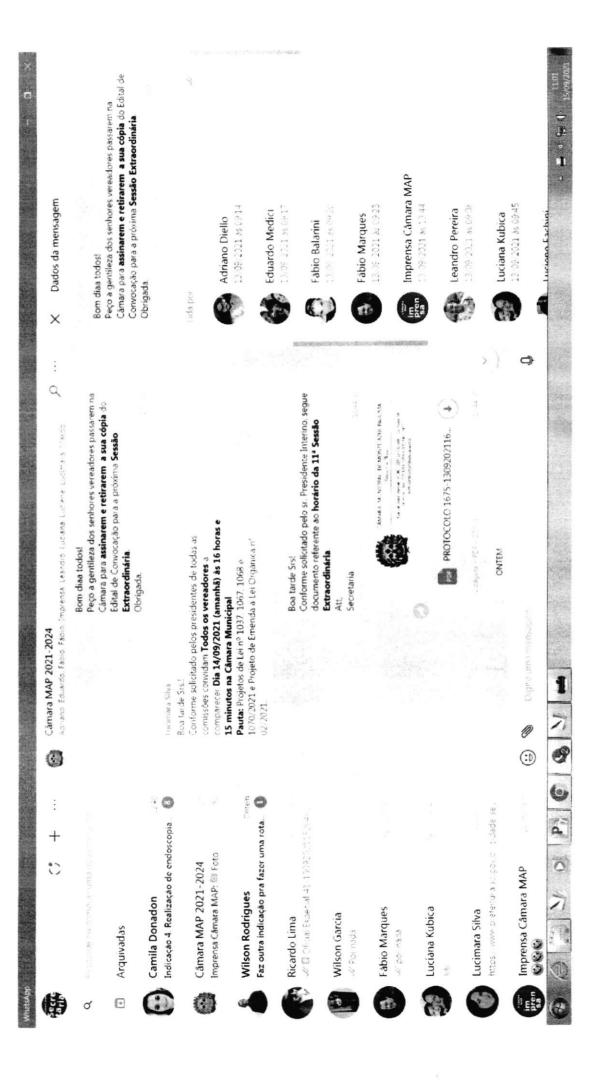
RICARDO SÁNCRES LIMA
Presidente Interino da Câmara Municipal
Monte Azul Paulista – SP.

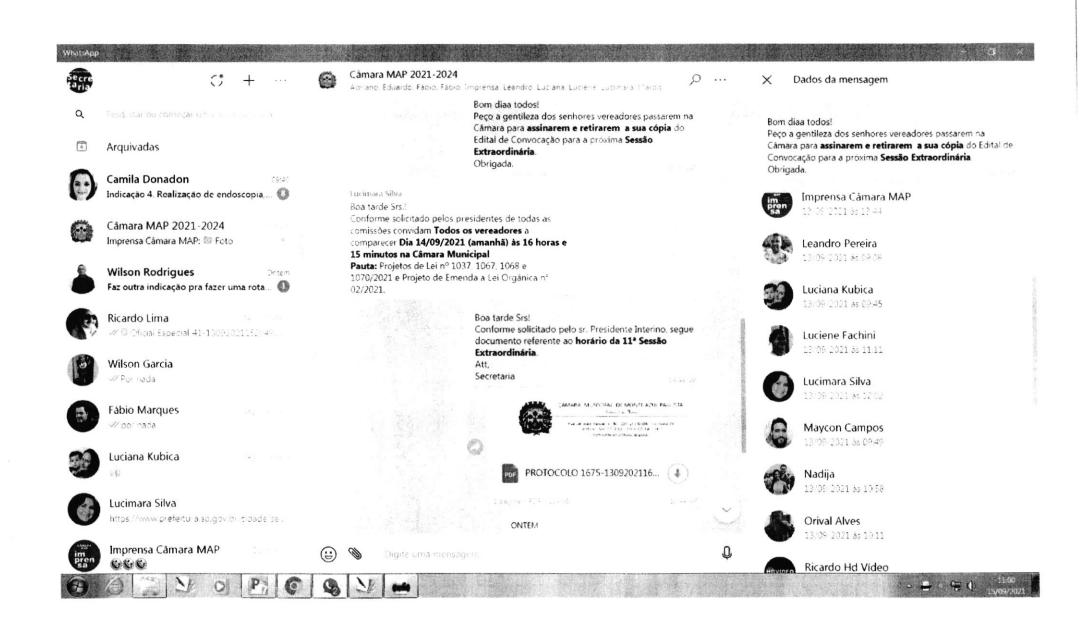
"Palácio 8 de Março"

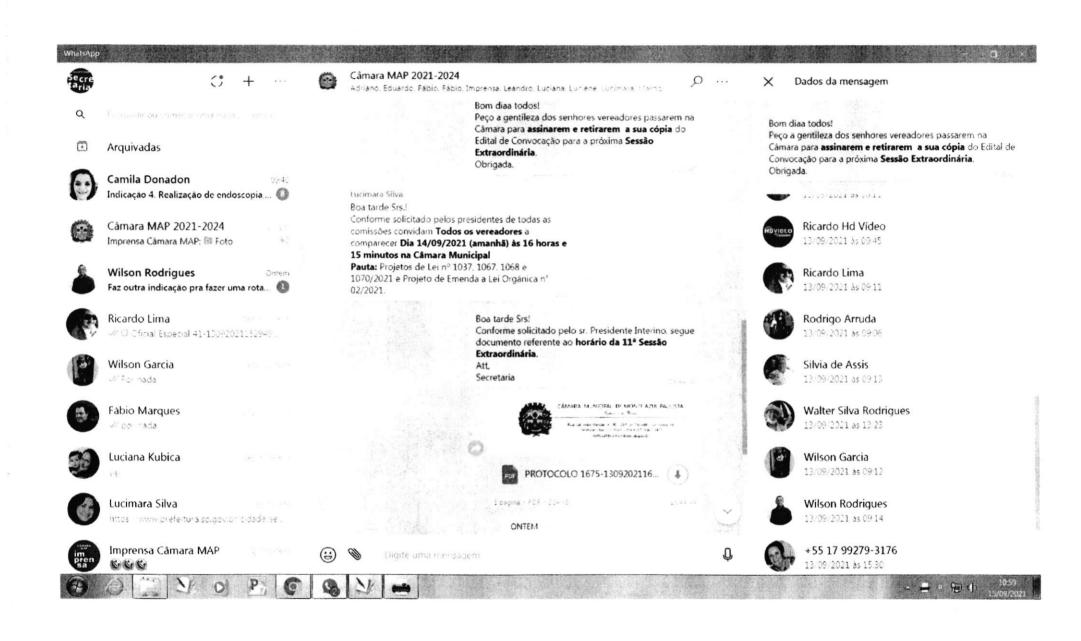
Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - Cx. Postal 59 Telefone / fax: (17) 3361-1254 e (17) 3361-3477 www.camaramonteazul.sp.gov.br

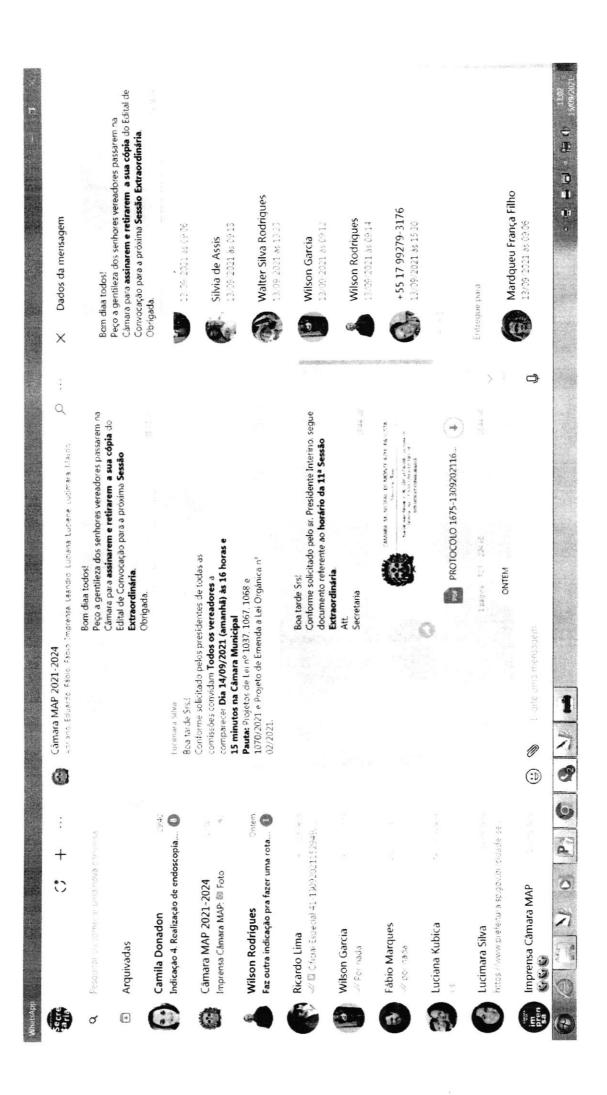
RECEBI UMA CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2021, ÀS 16 HORAS (QUARTA-FEIRA). MONTE AZUL PAULISTA, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Vereador	Assinatura	Data de recebimento	Hora de recebimento
Fábio Ap Balarini	blaus	14/09/21	03:28
Fábio J. Marques	N .		, a
Leandro Pereira		10/09/202	16,00
Luciana Ap. Kubica	Duciana Ap. Kubica	10/09/2021	16:01
Luciene Ap. C.Fachini			
Mardqueu S. França Filho			
Orival Alves			
Ricardo Sanches Lima	Se Aus	1009 2021	15.43
Rodrigo F. Arruda		13/09/29	15°.41
Walter A. Silva Rodrigues		10/09/20	21 15:4
Wilson Rodrigues	Slorlis	10/09/20	16:45









16/09/2021 10:31 Ler-

De:

Camila Donadon (secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br)

Data: Mon, 13 Sep 2021 10:30:49 -0300

Para:

wr_garcia_@hotmail.com, juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

Cc:

zanfiorot@gmail.com

Assunto:

Projeto de Lei nº 1070/2021 e Proj. Emenda a Lei Orgânica nº 02/2021

Anexos:

PROJETO LEI 1070-13092021102633.pdf, PROJETO EMENEDA 02.2021-.pdf

Wilson, bom dia!

Conforme falamos a pouco, segue os Projetos de Lei nº 1070/2021 e de Emenda a Lei Orgânica nº 02/2021 para vossa apreciação e emissão de parecer.

Att, Camila



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO n.: 058/21

Interessado. Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP

Assunto. Parecer jurídico sobre o Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº. 002 de 31 de Agosto de 2021, o qual "altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista n" 01/2021, e dá outras providências".

1. Relatório

Os presentes pareceres tem por objetivo a análise jurídica do Projeto de Emenda a LOM acima citado, o qual dos bens públicos imóveis e móveis do Município de Monte Azul Paulista. .

1. Fundamentação

De autoria dos Vereadores desta Casa Legiferante, o Projeto de Emenda a Lei Orgânica do Município tem como objetivo tratar dos bens municipais de todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao município.

Assim sendo o PEO apresentado tem como objetivo atender o disposto no artigo 17 da Lei nº. 8.666/1.993 e artigo 144 da Constituição Estadual. Ainda, com objetivo de sanar qualquer duvida dos Legisladores locais sobre tal assunto informo que houve Ação de Inconstitucionalidade nº 2195031-26.2020.8.26.0000, já julgada por perda superveniente do objeto.



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17-3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

De outra forma, com a finalidade de trazer elementos para discussão, legalidade e atender os anseios dos Nobres Edis, o apresentado o Projeto de Emenda a Lei Orgânica 002/2021, com modificações para atender as condições da Lei Federal bem com da Constituição Estadual.

Outrossim, nos termos do artigo 12, inciso XVII, da Lei Orgânica caberá a Câmara Municipal tratar do assunto em tela:

Art. 12. Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

XVII - Assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que diz respeito.

Assim sendo, a matéria proposta segue o ordenamento jurídico local, no mais aplica-se também o que dispõe o artigo 30, inciso I , da Carta Magna Brasileira:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Com efeito, certo é que a Constituição Federal confere autonomia aos Municípios, alçando-os à condição de ente federado, com a previsão de competências e atribuições próprias, não restando, pois, dúvidas quanto à legitimidade do ente municipal para legislar sobre seus assuntos locais, notadamente, em matéria que trata de bens públicos municipais.

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

Nesse sentido, informo que a modificações junto ao Projeto de Emenda a Lei

Orgânica nº 002/2021 tem como objetivo sanar o apresentado na ADI acima

descrita, com objetivo trazer condições para as comissões discutirem e votar a

matéria proposta.

3. Conclusão

Por essas razões, esta Assessoria Jurídica Legislativa opina pela

POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação da matéria

proposta.

Importante salientar que a emissão de parecer por esta Procuradoria

Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto

essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em

manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião

jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus

fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa e comissões

permanentes.

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo das Comissões e Plenário desta

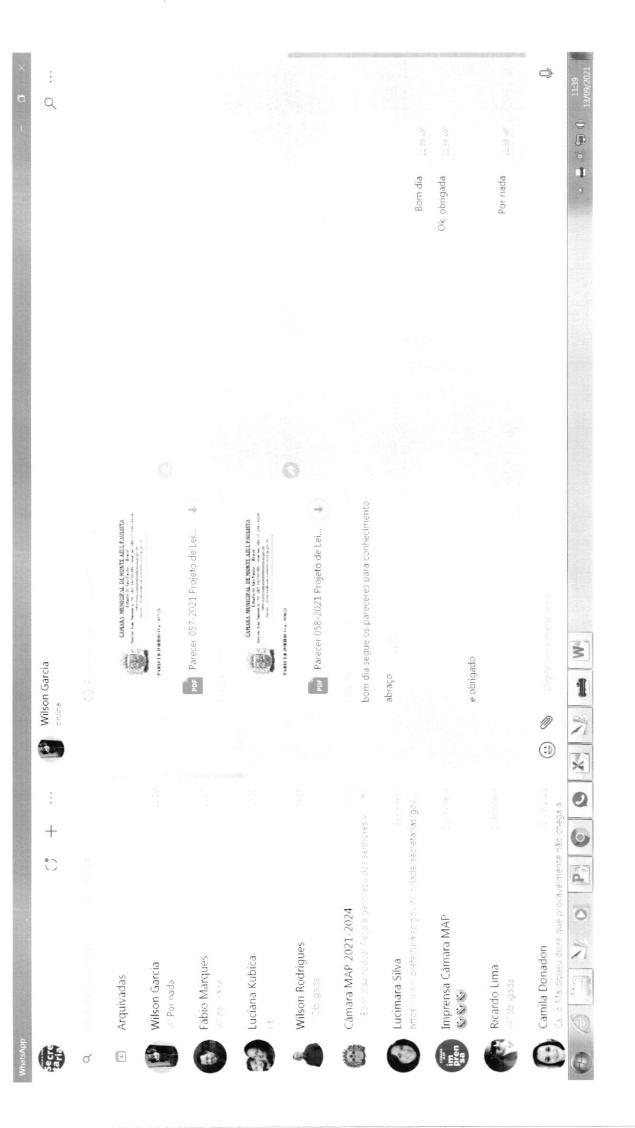
Casa Legislativa.

Monte Azul Paulista, 13 de setembro de 2021.

WILSON RODRIGO GARCIA

Procurador Jurídico

OAB/SP 276.158





"Palácia 8 de Marça"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - Cx. Postal 59 Telefone / fax: (17) 3361-1254 e (17) 3361-3477 www.camaramonteazul.sp.gov.br

Monte Azul Paulista, 13 de setembro de 2021.

COMUNICADO:

RICARDO SANCHES LIMA, vereador e Presidente Interino da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, vem cordialmente, com muito respeito, tenho a honra de dirigir-me a presença de Vossa Senhoria, comunicar que a Décima Primeira Sessão Extraordinária que se fará na próxima quarta-feira, dia 15 de setembro de 2021, será realizada às 16 horas e 30 minutos.

Aproveitando a oportunidade, remeto a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

RICARDO SANCHES LIMA
Presidente Interino da Câmara Municipal

CANDON - 60:17 17:60/57 HISTORY TANN. WHILE BEARING









"Palácia 8 de Marça"

Rua Cel João Manoel, 90– 14730-000 – Fone: 17 3361.1254 CNPJ: 54.163.167/0001-00 www.camaramonteazul.sp.gov.br

PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; E

POLÍTICA URBANA, MEIO AMBIENTE, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

REFERENTE: Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº 02, de 31 de agosto de 2021.

Dispõe sobre Altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista nº 01/2021, e dá outras providências.

DECISÃO DAS COMISSÕES

Estas Comissões de Constituição, Justiça, Redação; e Política Urbana, Meio Ambiente, Serviços Públicos e Atividades Privadas após proceder ao cuidadoso exame no Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº 02, de 31 de agosto de 2021, que "Dispõe sobre Altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista nº 01/2021, e dá outras providências", em reunião de seus membros, analisando suas disposições, nada encontraram que ferissem as normas constitucionais, legais ou jurídicas e decidiram emitir PARECER FAVORÁVEL, pois o referido Projeto está revestido das formalidades legais, acompanhando Parecer emitido pelo Procurador Jurídico, esperando merecer o apoio dos demais pares desta Casa de Leis.

É o nosso Parecer.

Monte Azul Paulista, 14 de setembro de 2021.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

WILSON RODRIGUES

Presidente

WALTER AT SILVA RODRIGUES

Relator

FÁBIO JERENÔNIMO MARQUES Membro POLÍTICA URBANA, MEIO AMB., SERV. PUB. E AT. PRIVADAS

ORIVAL ALVES

Presidente

LEANDRO PEREIRA

Relator

WILSON RODRIGUES

Membro

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
PUBLIQUE-SE PARA A PRÓXIMA ORDEM DO DIA
Plenário das Sessões, em 15/09/21

Ricardo Sanches (ima - Presidente em exercício Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

APROVADO

Plenário das Sessões, em 15 109 121

Ricardo Sanches Lima - Presidente em exercício Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº. 02/2021

Altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista nº 01/2021, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO ARTIGO 27,§ 2° DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA-SP. NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

FAZ PÚBLICO. QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA. ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - Fica Alterada a Emenda à Lei Orgânica n° 01/2021.

ARTIGO 2° - Revoga o artigo 66 C e seu parágrafo único, altera o § 2°, inciso I, ambos do artigo 66 – D, altera os artigos 66 F, 66 G e inclui o artigo 66 H, renumerando todos os seguintes artigos da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

- Art. 66. Constituem bens municipais todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao município.
- Art. 66-A. Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto àqueles que estiverem sob sua administração.
- Art. 66-B. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.
- Art. 66-C. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas da legislação federal, complementadas por lei municipal no que couber.
- § 1º A alienação de bens de uso comum do povo ou de uso especial deverá ser precedida também de sua desafetação.
- I A afetação e a desafetação de bens municipais dependerão de lei.
- § 2º No caso de alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, dispensarse-á a concorrência.
- I a alienação far-se-á por preço nunca inferior ao da avaliação.

100

Estado de São Paulo - Brasil



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254
Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

- **Art. 66-D.** O município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de uso, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.
- I quando imóveis, dependerá de avaliação prévia, autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta nos casos:
- 1 doação, devendo constar do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato;
- 2 permuta.
- **Art. 66-E.** Quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
- I doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- II permuta;
- III ações, que serão vendidas na Bolsa.
- IV venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- Art. 66-F. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
- <u>ARTIGO 3º</u> Altera o artigo 67 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:
 - **Artigo 67 -** O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito por concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se, em qualquer hipótese, a preservação do meio-ambiente e do patrimônio histórico-cultural.
 - § 1º A concessão de uso e do direito real de uso dos bens públicos dominial dependerá de lei e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.
 - § 2º A concessão de bens de uso comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.
 - § 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada por tempo determinado e a título precário, formalizada através de Decreto.
 - § 4º A autorização, que poderá incidir sobre serviços de utilidade pública, específicos e transitórios, ou para a utilização de bens públicos para atividades ou festividades,

10

The second



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

.....

específicas e transitórias, será efetuada por prazo determinado e a título precário, sendo formalizada através de portaria.

Art. 67-B. Poderão ser cedidos para particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do município, e o interessado recolha previamente a tarifa estabelecida pelo órgão competente.

Parágrafo único. O Executivo fica obrigado, no primeiro ano do mandato, reavaliar as concessões dos bens municipais em vigor e a propor e aprovar medidas cabíveis até o final do referido exercício.

ARTIGO 4º - A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 16 de setembro de 2021.

RICARDO SANCHES LIMA Presidente Interino

WALTER AL. SILVA RODRIGUES

1º Secretario

WILSON RODRIGUES

2º Secretário

PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos

Emendas



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº. 02/2021

Altera a Emenda à Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista nº 01/2021, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO ARTIGO 27,§ 2º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

FAZ PÚBLICO, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ARTIGO 1º - Fica Alterada a Emenda à Lei Orgânica nº 01/2021.

ARTIGO 2° - Revoga o artigo 66 C e seu parágrafo único, altera o § 2°, inciso I, ambos do artigo 66 - D, altera os artigos 66 F, 66 G e inclui o artigo 66 H, renumerando todos os seguintes artigos da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

- Art. 66. Constituem bens municipais todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao município.
- Art. 66-A. Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto àqueles que estiverem sob sua administração.
- Art. 66-B. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.
- Art. 66-C. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas da legislação federal, complementadas por lei municipal no que couber.
- § 1º A alienação de bens de uso comum do povo ou de uso especial deverá ser precedida também de sua desafetação.
- I A afetação e a desafetação de bens municipais dependerão de lei.
- § 2º No caso de alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, dispensarse-á a concorrência.

I - a alienação far-se-á por preço nunca inferior. ad da avaliação.

160



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

.....

- Art. 66-D. O município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de uso, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.
- I quando imóveis, dependerá de avaliação prévia, autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta nos casos:
- 1 doação, devendo constar do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato:
- 2 permuta.
- Art. 66-E. Quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
- I doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- II permuta;

40

- III ações, que serão vendidas na Bolsa.
- IV venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- Art. 66-F. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
- ARTIGO 3º Altera o artigo 67 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, com a seguinte redação:
 - Artigo 67 O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito por concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se, em qualquer hipótese, a preservação do meio-ambiente e do patrimônio histórico-cultural.
 - § 1º A concessão de uso e do direito real de uso dos bens públicos dominial dependerá de lei e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.
 - § 2º A concessão de bens de uso comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.
 - § 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada por tempo determinado e a título precário, formalizada através de Decreto.
 - § 4º A autorização, que poderá incidir sobre serviços de utilidade pública, específicos e transitórios, ou para a utilização de bens públicos para atividades ou festividades,



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

específicas e transitórias, será efetuada por prazo determinado e a título precário, sendo formalizada através de portaria.

Art. 67-B. Poderão ser cedidos para particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do município, e o interessado recolha previamente a tarifa estabelecida pelo órgão competente.

Parágrafo único. O Executivo fica obrigado, no primeiro ano do mandato, reavaliar as concessões dos bens municipais em vigor e a propor e aprovar medidas cabíveis até o final do referido exercício.

ARTIGO 4º - A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 16 de setembro de 2021.

RICARDO SANCHES LIMA Presidente Interino

Burne

WALTER AL. SILVA RODRIGUES

WILSON RODRIGUES

2º Secretário

PUBLICAÇÕES



CAMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA Estado de São Paulo - Bresi

Aus Cet Jade Mancel, n°. 80 - CEP. 14,730-000 - familiar 0/CL-17-2051,1254 En untracemperateinable Manche 0/CL-17-2051,1254 Enest: secretaria dictionament person to de la

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº. 02/2021

Alters a Emenda à Lei Orgànica do Município de Monte Asul Paulista nº 01/2021, e dá pultas providêncies.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERNOS DO ARTIGO 27,8 P. DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL. PAULISTA-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUÇÕES,

FAZ PÚBLICO, QUE A CÁMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA:

ATTIGO 1* - Fice Alterada a Emenda à Lei Orgânica n° 01/2021.

ARTIGO 2º - Revoga o antgo 68 C e seu parágrafo único, alteria o § 2º inciso I, embos do antgo 66 - D, altera os antigos 66 F 68 G e inclui o antigo 66 H, renumenno todos en seguintes antigos de Lei Orgánica do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Peulo, com a seguinte respigado.

Art. 66. Constituem bens municipais todas as colass movels, imóvels e ser e spões que, a qualquer titulo, pertengam ao município.

Art. 66-A. Cabe ao prefeto a administração dos bens municipais, respetada a da Câmera Municipai, quanto áqueles que estiverem sob sua administração.

Art. 66-8. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identifica respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabalacido em regulamento.

Art. 86-C. A ellenação de bora da administração pública, subordinada à exéstência de inferesse público devidamente justificado, será preciodida de avelação e obedecerá às normas da legislação federal, complementadas por lei municipal no que couber.

1° A alenação de bens de uso comum do povo ou de uso especial deverá ser preo-implem de sua desafetação.

1 - A afetação e a desafetação de bens municipais dependerão de fel.

§ 2º No caso de alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área i restitante de obra pública, área esta que se tomar inaproveitávei lioladan se-á a concorrência.

I - a alienação far-se-á por preço nunca

SK 50



CÁMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA Estado de São Pario - Brasil

se Cet. Jobs Manuel, et. 90 - CEP, 14 730 000 - teresfluc (JCC-17-3381, 1254 Des temps demonstrated and gets by Enter: economical Borner mentions are are by

Art. 86-D. O município, proferencialmente à vende ou doação de bers endveis, outrapad ontoasato, de uso, mediante autoritação, legislativa, respelhada e legislação, federal partitrente.

quando imóveis, dependerá de avaliação prêvie, auá modalidade concorrência, dispensada esta nos casos:

I - desglo, devendo conster do contrato de encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de respocessão sob pena de nuidade do ato;

Art. 66-E. Quando móveis, dependerá de avaliação prôvia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

vente para fins de intenessa social. 1 - dosção, que será permitida

III - ações, que serão vendidas na Bolsa.

N - venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades de Administração Pública, em virtude de suas finaldades;

Art. 68-F. A equisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependent de pré exalleção e autorização legislativa.

KTIGO 2° - Atena o ambo 67 e seguintes da Lai Orgânica do Município de Monta Azul Pau Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

Ardgo 67 - O uso dos bans municipais por terceiros poderá ser feito por concessão ca eminista ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantedo-se, em qualquer hipótese, a preserveção do maio-ambiente e de amenimário hipótese.

I * A concessão de uso e do direito resi da uso dos bens públicos don si e licitação, e far-se-á mediante contrato, sob pens de nulidade do sto

2º A concessão de bens de uso comum do povo e de uso especial son utorgada mediante autorização legislativa e licitação.

§ 3º A permissão, que poderá incidir sobre quelquer bem público, enté outorga tempo determinado e a titulo prociério, formalizada stravés de Decrato.

) et A autorização, que podente incidir aptilita antigos de utilidade pública, específicos e ransalbricos, ou para a utilização de terfé, jublicos para aténdades ou teatindades



CÁMARA MUNICIPAL DE RICHTE AZIR. PAULISTA Estado de São Pado - Greaf

Pas Cel. Jodo Marinel, ef. 10 - CEP, 14.739-003 - breefin: DOC-17. 2381, 1254

Ber yama demonstrational in des le

Grant: economical Scenarion teach in gare to

específicas e translórias, será efetuade por prazo determinado e a título precário, sendo formalizade através de portarie.

Art. 67-8. Podento ser cedidos para particulares, para serviços transitórios, maquinas e operadores da Prefeitura, desde que não hais prejuizo para os trabalhos do município, e o inferessado recolha previamente a tanta estabelecida pelo degão competente.

Panigrafo dinico. O Executivo fica obrigado, no primeiro ano do mandato, neavaliar as concessões dos bans municipals em vigor e a propor a aprovar medidas cabiveis até o final do referido assercicio.

ARTIGO 4º - A presente Emenda à Lei Orgànica entrará em vigor ne data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 16 de setembro de 2021.





momento em que foi necessário o uso de força moderada para con-tê-lo. O agressor foi conduzido até o Pronto Atendimento Municipal para exame clínico de corpo de delito, bem como o agente que foi agredido e sofreu escoriações em dorso da mão esquerda e prejui-

Os Agentes Públicos de Segurança, GCMs Luiz Bezerra e Thomaz

municipal, onde um rapaz (18 anos) relatou em B.O. que sua irmã está em estado de gestação e a acompanhou até à unidade de saúde para consulta médica, momento em que um indivíduo entrou no local e, sem motivos, passou a agredi-lo com socos e pontapés e, em meio à agres-